



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Julho de 2015

A traição do Syriza e de Alexis Tsipras

Salta à luz do dia a necessidade de superar a crise de direção revolucionária

Não foram poucas as correntes de esquerda que se entusiasmaram com a vitória eleitoral da Coalizão Radical de Esquerda. Fizeram reparos, anunciaram perigos e apresentaram tarefas revolucionárias que o governo de Alexis Tsipras deveria cumprir. Mas entenderam o fenômeno político como uma vitória dos explorados. De nossa parte, não apenas tivemos uma atitude sóbria - de acordo com a análise e a compreensão de que o Syriza servia de um canal pelo qual se desviava a ação direta das massas para o parlamento e colocava nas mãos do novo governo pequeno-burguês a solução da falência financeira da Grécia e desintegração social de seu povo - como também criticamos severamente o Tsipras por sua política pró-capitalista.

Agora que o governo capitulou sem atenuantes diante da Troika é fácil para as esquerdas dizer que está com as massas gregas e contra a política de Alexis Tsipras. A perda prematura de suas ilusões no Syriza é um bom sinal. No entanto, isso não significa que mudaram o rumo de sua política diante da crise e do curso da luta de classes. Ainda impera o clima eleitoral de esquerda, que reflete o deslocamento da maioria da população do controle dos partidos da burguesia que submeteram a Grécia ao capital financeiro, à especulação, ao saque, ao desperdício e, finalmente, à quebra.

Não temos dúvidas de que o governo pequeno-burguês de esquerda terá fôlego curto diante da desintegração econômica do País e da Europa. Mas continuará a apresentar a democracia burguesa e o respeito à ordem como o caminho para as soluções. A consulta em que a população disse NÃO ao acordo maldito exigido pelas potências europeias foi uma manobra nesse sentido. Alexis Tsipras se deu o direito de no dia seguinte reunir-se com a Troika, sob o comando de Angela Merkel, da Alemanha, para voltar à Grécia trazendo debaixo do braço medidas completamente opostas à vontade popular, que se manifestou no NÃO. Essa situação absurda se explica pelo fato da classe operária, dos camponeses, da classe média arruinada e da juventude estarem submetidas à democracia burguesa grega e à democracia europeia, que concentra as forças da ditadura de classe da burguesia continental. O resultado desse processo demonstrou a incapacidade e a impossibilidade do Syriza ser utilizado pelas massas para combater a burguesia grega e a europeia.

O problema fundamental para a burguesia diante de uma crise tão profunda é o de evitar que o proletariado tome em suas mãos as soluções e imponha por meio da luta de classes o curso dos acontecimentos. Enquanto as massas permitirem que

os capitalistas e seus representantes continuem impondo suas soluções, a desintegração do País avançará e a população arcará com as consequências mais devastadoras que as atuais. Nesse sentido histórico, podemos afirmar, sem receio de errar, que o Syriza cumpre um papel contrarrevolucionário. Sem que se explique para os explorados essa conclusão, não se poderá dar um passo em favor da superação da crise de direção revolucionária, ou seja, na construção do partido do proletariado.

A experiência está demonstrando que a via da democracia burguesa, por meio da qual o movimento pequeno-burguês eleitoral arrastou os explorados, já resultou no estrangulamento das necessidades das massas e da vontade popular. Há aqueles na esquerda que persistem na mesma estratégia, considerando que a traição de Tsipras é um desvio de percurso. É o caso de uma fração à esquerda do Syriza. Nesse mesmo sentido, guardando as devidas diferenças, isso se manifesta o Partido Comunista grego, que procura se potenciar eleitoralmente com o fracasso do Syriza.

O novo memorando foi aprovado no Parlamento da Grécia com o apoio dos partidos burgueses. Os 32 deputados do Syriza que votaram contra foram substituídos pelo voto da direita, a Nova Democracia. Os ex-ministro das Finanças, Yanis Varoufakis, que parecia um combatente da causa grega na mesa de negociação de Angela Merkel, segundo informações, votou a favor das reformas. Assim, a “vontade popular” do NÃO foi enterrada no parlamento burguês, onde quem dita as decisões é o capital financeiro.

Sem dúvida, é necessário denunciar a manobra fraudulenta de Alexis Tsipras e de seu partido. Mas a denúncia deve servir para defender a estratégia da revolução proletária. Caso contrário, se reforçará a crítica democratizante de esquerda. Não se trata de pura propaganda principista. As condições objetivas da crise e o desenvolvimento da luta de classes colocam tarefas próprias da revolução social. Nota-se que um dos objetivos das reformas antinacionais e antipopulares é o de restabelecer o poder dos bancos gregos. Outro é o de privatizar e desnacionalizar. Para completar o plano, sacrificar ainda mais a vida dos explorados.

Não é preciso ser marxista para reconhecer que a dívida grega é impagável e que serve tão somente à oligarquia financeira. Todos os analistas burgueses dizem isso. Mas dizem para recomendar um acordo que viabilize a continuidade do saque das riquezas da Grécia. Não faltam reparos e críticas burgue-

sas à inflexibilidade da Alemanha. A observação do marxismo, ao contrário, leva à conclusão de que a Grécia necessita interromper a sangria para defender a sua economia e a vida das massas. A interrupção só é possível se o proletariado, dirigindo a maioria dos explorados, derrubar a velha ordem e constituir um governo revolucionário, operário e camponês. A democracia burguesa corrompida, falida e submetida à ditadura das potências europeias deve dar lugar a uma florescente democracia proletária, por meio da qual as massas exercerão, de fato, a vontade popular. Sem um governo revolucionário, não se estancará a sangria grega.

A esquerda democratizante e revisionista do marxismo sacou de sua lista de reivindicações e medidas a estatização do sistema financeiro e o cancelamento da dívida externa, exortando o Syriza a cumpri-la. O correto não é exigir que o Syriza cumpra essas tarefas, uma vez que o movimento pequeno-burguês eleitoral desviava a ação direta das massas para o parlamento. Em todo processo, a questão esteve justamente em desenvolver no seio dos explorados em luta a estratégia de poder, de constituição de um governo revolucionário, que virá da insurreição da maioria.

Diante da evidente traição, melhoram as condições políticas para a vanguarda se opor ao governo do Syriza com as bandeiras de cancelamento da dívida, estatização do sistema financeiro sem indenização, expropriação revolucionária do grande capital e estabelecimento do controle operário da produção. Sem que as massas assumam esse programa, não é possível fazer frente à ditadura do capital financeiro.

Há uma questão ainda que precisa ser esclarecida. A do rompimento da Grécia com a União Europeia. Alexis Tsipras foi claro: a consulta não objetivava tirar a Grécia da União monetária. Desta vez, a acusação de que o Syriza pretendia a ruptura não demoveu a maioria em seu voto pelo NÃO. A Alemanha, no entanto, continuou a manobrar com a ameaça da “Grexit”. De um lado, Angela Merkel pôs na mesa um engenhoso mecanismo montado pelo seu ministro de Finanças, Wolfgang Schäuble, de afastamento temporário da Grécia da Zona do Euro, de outro, o presidente da França, François Hollande, com a bandeira da unidade europeia. Espremido, Alexis Tsipras implora por um acordo que possa ser defendido no Parlamento. Tudo foi encenado para que a França parecesse uma aliada dos gregos na árdua tarefa de convencer a Alemanha a ser um pouco flexível.

Houve aqueles na esquerda que não se deram conta de que a questão não passava pela bandeira de rompimento do País com a União Europeia. Não é possível e não é do interesse do País levantar fronteiras nacionais, naquilo em que foram rebaixadas. Ou seja, no que diz respeito ao mercado comum. O que está em questão é o saque sofrido pelo País e o predomínio do parasitismo financeiro. A dívida de 320 bilhões de Euros (180% do Produto Interno Bruto) deve ser cancelada e todas as imposições da Troika, rejeitadas. Essa decisão soberana da Grécia não estava condicionada à bandeira de ruptura com a União Europeia. Se a decisão soberana implicasse na ruptura, seria uma imposição autoritária das potências.

Não apenas a crise da Grécia foi considerada um risco para a União Europeia e, em particular, a Zona do Euro. O mesmo se passou com a Espanha, Portugal e Irlanda. A bancarrota de seus membros mais frágeis expõe o domínio de alguns Estados nacionais sobre os demais. A necessidade da União Europeia advém das travas que impedem o desenvolvimento das forças produtivas continentais. Uma delas são as fronteiras nacionais. A criação do mercado comum foi um passo no sentido de rebaixá-las. Um outro foi o da unidade monetária (euro), não admitida pela potência inglesa. No entanto, manteve-se em pé a principal barreira, que são os Estados nacionais. De forma que

os Estados mais poderosos impõem as condições do mercado comum e da unidade monetária aos mais débeis. A outra trava se encontra nas relações monopolistas de produção. A derrubada das fronteiras comerciais não modifica a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção sob a forma monopolista. Estas continuam a se impor. O elevado grau de parasitismo do capital financeiro evidencia que o choque das forças produtivas com os Estados nacionais preservados e a propriedade monopolista dos meios de produção não têm solução nos marcos do capitalismo. A União Europeia e a Zona do Euro concluem com a supremacia do parasitismo financeiro por cima dos Estados nacionais, controlado pelas potências.

O fato da Grécia se quebrar, embora represente uma pequena fração econômica, e da Espanha, Portugal, Irlanda e Itália se encontrarem em péssimas condições indica o esgotamento da União Europeia. Na realidade, não houve propriamente uma unificação, mas sim uma severa subordinação da maioria dos 27 países aos ditames da Alemanha e França, em certa medida, da Inglaterra, que permaneceu fora da Zona do Euro. É necessário verificar que o declínio da Europa corresponde à impossibilidade do capitalismo em nível mundial desenvolver as forças produtivas.

A crise iniciada nos Estados Unidos em 2008 pôs à luz do dia, como já havia posto no período da primeira e da segunda guerras mundiais, essa demonstração feita pelo marxismo-leninismo-trotskismo, em especial pelos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista (1919-1922) e pela IV Internacional, da época de Trotsky. A previsão era de que a Europa capitalista deveria dar lugar a uma Europa socialista. Partindo da Revolução Russa, a III Internacional estabeleceu a estratégia e o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Essa era a via para avançar as transformações na União Soviética e projetar a revolução mundial. Evidentemente, tratava-se de um prognóstico histórico que dependia da classe operária e dos partidos revolucionários europeus. Uma vez que a revolução na Alemanha não triunfou, como se esperava, a União Soviética se isolou e deu lugar ao revisionismo estalinista. O triunfo da restauração capitalista varreu as conquistas das revoluções proletárias no continente. No entanto, a recuperação do terreno perdido pela burguesia para o proletariado apenas deu um fôlego conjuntural ao capitalismo, que agora se encontra mergulhado em profunda crise.

As potências europeias, supervisionadas pelos Estados Unidos, se viram na contingência de eliminar obstáculos nacionais às forças produtivas estagnadas. Não puderam e não poderão ter êxito, a não ser limitadamente. A ameaça de quebra de países inteiros e a efetiva quebra da Grécia são a prova de que enquanto perdurar a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas, o curso econômico e social será o da desintegração e da barbárie. A Grécia, portanto, sofre um abalo que é de ordem geral.

Está aí por que a ascensão do Syriza se tornou possível provisoriamente. O problema da Grécia não está nas mãos da burguesia grega, que é serviçal do capital financeiro anglo-francês-alemão. A população empurrada para o desemprego, rebaixamento das condições de existência e para a pobreza não teve outro instrumento político a não ser um partido da pequena burguesia, sem se dar conta do seu fracasso inevitável. A necessidade de pôr em pé um partido revolucionário salta à luz do dia. Pelo visto, os agrupamentos que se reivindicam do trotskismo estão presos ao revisionismo. A vanguarda proletária terá de se livrar de todas as variantes do democratismo pequeno-burguês. Terá de reerguer o programa da revolução proletária e dos Estados Unidos Socialistas da Europa.